

NECESSIDADE E PRESSUPOSTOS DE UMA REVISÃO DO MODERNISMO BRASILEIRO

ABEL BARROS BAPTISTA

Universidade de Lisboa
abelbb@mail.telepac.pt

Na edição brasileira de *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português. Subsídios para o Seu Estudo e para a História das Suas Relações*, Arnaldo Saraiva fez preceder o agora único volume de uma nota, datada de Janeiro de 2004, em que sumariamente dava conta da fortuna do livro, e mencionava alguns casos exemplares do esquecimento e ocultação de que fora vítima ao longo dos 18 anos decorridos desde a primeira edição. Um desses casos podia eu tê-lo evitado, o que quer dizer que devia tê-lo evitado, o que quer dizer ainda que sou um dos responsáveis da ocorrência. Refiro-me à reprodução, no n.º 149/150 da *Colóquio/Letras* (Julho-Dezembro de 1998) de cinco cartões-postais dirigidos a Mário de Andrade, quatro por José Osório de Oliveira, o outro por António Ferro. O conjunto era apresentado por Marcos António de Moraes, que, não obstante responsável por algumas edições da epistolografia de Mário de Andrade e, além disso, membro do projecto «Organização da Correspondência de Mário Andrade» do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, comete o erro de declarar «iné dita até hoje» a correspondência entre Mário e José Osório, afinal toda publicada mais de dez anos antes no estudo de Arnaldo Saraiva.

Em si mesma, a falha não é das mais graves; quem tiver ideia da extensão da actividade epistolográfica de Mário de Andrade tenderá à condescendência, porque é difícil saber em cada momento que carta está publicada, que postal permanece inédito, ou que telegrama teve publicação muito discreta... Claro que isso mesmo seria motivo para mais desconfiar ou tomar cuidado com declarações de fechado ineditismo, feitas sem reserva – as quais, por outro lado, quando vindas de pesquisadores com acesso a documentos e

arquivos, sempre desnorteiam. Como quer que seja, estando então a trabalhar na revista como Director-adjunto, não vejo maneira aceitável de reduzir o caso a mera falha da reputada acribia que, desde Luís Amaro, se tornou característica da revista literária da Gulbenkian. Digamos que eu tinha na matéria um especial dever de cuidado, uma situação académica e profissional que me obrigava a dar também especial atenção ao assunto.

Não o tendo feito então, e não sendo viável a indemnização, pensei que calhava bem tentar redimir-me trazendo aqui, acompanhado de alguns comentários, um exemplo aliás inédito – ao que sei... –, e aliás duplo, porque tanto testemunha a natureza da força de ocultação do estudo a que me venho referindo como lhe atesta a eficácia crítica.

Há pouco menos de dois anos, fui contactado por uma jovem estudante brasileira da USP que pretendia concluir a pesquisa de doutoramento com um estágio na Universidade Nova de Lisboa. A doutoranda, a que aqui darei o nome de Ana Teresa por comodidade de expressão, apesar de trabalhar no departamento de sociologia, já dedicara a sua tese de mestrado a um dos heterónimos pessoanos. Uma vez em Lisboa, contou-me divertida no primeiro encontro a perplexidade da sua orientadora da USP quando lhe disse que queria escrever uma tese sobre a relação, qualquer que fosse, entre o modernismo brasileiro e o português: «– Mas Ana Teresa, o Prof. Antonio Candido já falou que não tem nenhuma...!»

Estou convencido de que o curso desta história teria tido logo ali um desvio infeliz, caso Ana Teresa não tivesse lido o livro de Arnaldo Saraiva, que a Unicamp acabara de publicar. Assim, pôde iniciar o trabalho mais consciente, quer dizer, sabendo que tinha de defrontar a força institucional de um paradigma poderoso, porém alimentada da esperança assente no estudo e na documentação reunida por Arnaldo Saraiva, ainda que sem prometer nenhum resultado capaz de dar corpo a uma tese. Em termos mais radicais, Ana Teresa sabia ou estava em condições de saber que o que ia iniciar era nada menos do que a repetição do que fora gesto de Arnaldo Saraiva no seu próprio doutoramento, isto é, rever o modernismo brasileiro, reavaliar lugares-comuns, ideias transmitidas sem exame, presunções estabelecidas com força de inevitabilidades naturais... mas em território menos favorável, para não dizer hostil. A diferença mais importante, no entanto, é que essa diferença de território é secundária diante da unidade do gesto maior de revisão.

Reabrir o problema das relações entre os dois modernismos é, em qualquer momento, um gesto destrutivo: significa reabrir o problema das relações entre as duas literaturas e, mais do que isso, relançar o problema da discriminação de duas literaturas nacionais em português. A reacção da orientadora de Ana Teresa denuncia claramente a incapacidade de compreender, acolher, estimular o gesto revisionista: porque não deixar sossegado um assunto já declarado vazio, um assunto certificadamente resolvido?

Dir-se-á que se trata menos da autoridade de Antonio Candido do que da rotina académica que em seu nome se estabeleceu. Decerto. Mas a grandeza do trabalho crítico de Candido também se avalia na capacidade de criar rotinas duradouras e resistentes. E não se pode negar, nem, é claro, esquecer que Antonio Candido disse precisamente isso. Num

ensaio muito citado, significativamente apresentado como «panorama para estrangeiros», Antonio Candido afirmou que a diferença entre romantismo e o modernismo no Brasil consiste em que «enquanto o primeiro procura superar a influência portuguesa e afirmar contra ela a peculiaridade literária do Brasil, o segundo já desconhece Portugal, pura e simplesmente»¹. Seria ocioso confrontar esta declaração com a realidade dos factos; já é indispensável situá-la nessa outra realidade dos projectos e das finalidades. «Desconhecer Portugal» não designa algum estado de coisas prévio, lastimável ou louvável, mas uma construção e o resultado de uma construção projectada. O trabalho crítico de Antonio Candido, prolongando o projecto literário do modernismo de 22, produziu um paradigma crítico, ainda dominante, que, articulado com uma dimensão institucional decisiva, a universitária, estabeleceu a possibilidade de desconhecer Portugal «pura e simplesmente», dando esse desconhecimento como resultado natural do processo de «formação» da literatura brasileira. Eis a rotina, em suma.

Mas o sucesso desse passo depende duma descrição do modernismo como movimento triunfante, sobretudo, para usar a definição de Mário de Andrade em '42, enquanto «todo orgânico de consciência colectiva». Mais radicalmente, a teoria da formação da literatura brasileira de Candido é a construção modernista por excelência, aquela mesma através da qual o movimento atinge o poder de descrição retroactiva daquilo que pretendia ter superado e aquela que, ao mesmo tempo, lhe dá homogeneidade e unidade, acima de tudo o situa historicamente num processo necessário de adequação da literatura brasileira à realidade da nação.

Em sentido muito preciso, o modernismo brasileiro triunfa quando gera uma descrição de si mesmo que teleologicamente o situa na continuidade dum processo formativo. Isso mesmo no entanto o enfraquece: trata-se sempre menos do triunfo do próprio movimento do que da descrição que o movimento impõe de si próprio, que por sua vez acaba mais triunfo da imposição do que da descrição. Descrições coerentes e congregantes, por outro lado, geram na realidade aquilo mesmo que descrevem como realidade: e o desejo de ignorar pura e simplesmente conduz, ao cabo e ao resto, a ignorar pura e simplesmente.

O problema é que nunca é tão pura nem tão simplesmente... Pelo contrário. Sintetizando em três alíneas, o que quero dizer é que a) o que genericamente se chama modernismo brasileiro – tanto na sua experiência como na descrição retroactiva – projectou-se animado da finalidade de consumir a exclusão portuguesa; que b) essa exclusão efectivamente se consumou e que, enfim, c), esta consumação era desde sempre impossível. Vertendo para os termos de início, a reabertura do problema das relações entre os dois modernismos reabre uma ferida do movimento brasileiro, mas não pode ser levada a cabo em nome de alguma prioridade portuguesa muito menos com finalidade de restabelecer a

¹ CANDIDO, 1980: 112.

prioridade portuguesa. Mais ainda, o problema não só não tem conteúdo nacional, como a própria descrição a que aqui o sujeito, isto é, «projecto impossível bem sucedido», inviabiliza qualquer acção em sentido nacionalista ou similar.

«Projecto impossível bem sucedido» é contra-senso que se aceita com facilidade, e até alívio, se se perceber que o que está em causa no problema é justamente a subordinação da actividade literária no Brasil à institucionalização da literatura no Brasil. Esta última acção faz-se continuamente no esforço de construção duma tradição nacional, ainda que heterogénea ou mesmo cindida. A primeira tarefa da revisão do modernismo talvez passe justamente pela urgência desta distinção e pela destruição do laço, suposto natural, que confunde institucionalização da literatura com formação de literatura nacional legitimada pela orientação para a nação.

Neste sentido, o problema das relações com a tradição e a literatura portuguesa é ao mesmo tempo decisivo e secundário. Decisivo porque sempre denuncia a impossibilidade de sucesso de um movimento literário que pretenda determinar exclusões definitivas: o excluído regressa inexoravelmente, seja o antigo, seja o estrangeiro, seja o marginal. Secundária, porque essa denúncia, a ser consequente e radical, obriga-nos a considerar a revisão do modernismo brasileiro como necessidade urgente da própria literatura brasileira já constituída nesse processo de subordinação da actividade literária à institucionalização da literatura. Se se quiser, a revisão do modernismo é uma urgência de liberdade: de destruição, afinal, de uma identidade da literatura brasileira que, quando a define histórica e nacionalmente, subordina e subjugaria se pudesse o esforço criativo dos seus poetas e escritores.

Vale sempre a pena recordar que o modernismo brasileiro não soube o que fazer com Machado: e levar essa asserção pacífica a outra, menos pacífica, a saber, que essa descrição global da literatura brasileira como formação nunca soube o que fazer com Machado, como de resto se comprova admirando os esforços de Roberto Schwarz, há anos com pertinência a tentar persuadir-nos de que Machado não disse o que disse mas outra coisa que entretanto não disse porque não queria que o leitor percebesse que ele a tinha dito... outra coisa que, valha a verdade, se ele a tivesse dito, o transformaria no mais brasileiro dos romancistas banais.

Mas o exemplo de liberdade da revisão do modernismo, aquele que nos inspira e em certo sentido comanda, é o de Drummond. *Claro Enigma* exige vigorosamente a reabertura de todo o dossier de revisão do modernismo: é o livro que estabelece a agenda dessa revisão enquanto resposta a uma urgência, livro apenas possível a partir da exigência radical de liberdade. E desde logo a liberdade de declarar: «E como ficou chato ser moderno».

A mesma exigência de liberdade acho eu que conduziu Ana Teresa ao seu doutoramento, defendido com coragem, muito ardor e igual sucesso em Novembro do ano passado.

Bibliografia

CANDIDO, Antonio (1980) – *Literatura e Cultura de 1900 a 1945*. In «Literatura e Sociedade», 6.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.